vinetur

Governo britânico diz que acordo fronteiriço entre Reino Unido e UE não abrange vinho e bebidas espirituosas

A exclusão limita os benefícios esperados do quadro sanitário e fitossanitário, que entrará em vigor a 1 de março de 2028

sábado, 21 de novembro de 2026



O Governo britânico afirmou que o novo quadro sanitário e fitossanitário acordado com a União Europeia não abrangerá o vinho e as bebidas espirituosas, estabelecendo um limite claro à redução dos entraves fronteiriços que se espera que o acordo proporcione quando entrar em vigor, a 1 de março de 2028.

A informação consta de um documento explicativo do Cabinet Office, divulgado juntamente com os documentos da Cimeira Reino Unido-UE de 2026, que apresenta os planos de Londres e Bruxelas para gerir o comércio de produtos alimentares e as questões de segurança alimentar, saúde animal e fitossanidade após o Brexit. O documento descreve o acordo como uma forma de reduzir os entraves ao comércio transfronteiriço, mantendo simultaneamente o que classifica como padrões elevados de proteção da saúde humana, animal e vegetal.

Ao abrigo do plano, o Reino Unido e a UE continuariam a aplicar os seus próprios padrões sanitários e fitossanitários, mas comprometer-se-iam também a partilhar rapidamente informação quando surgissem riscos e a cooperar nas inspeções e na prevenção de doenças. Segundo o documento explicativo, o novo sistema pretende facilitar os fluxos comerciais, preservando as proteções sanitárias.

O Cabinet Office descreve o acordo como abrangendo produtos relacionados com a segurança alimentar, a saúde animal e a fitossanidade. O documento apresenta ainda regras de aplicação, procedimentos de resolução de litígios e um mecanismo para alterar as medidas sanitárias e fitossanitárias em resposta a desenvolvimentos científicos ou a novas ameaças.

No entanto, a exclusão do vinho e das bebidas destiladas significa que o acordo não eliminará todos os entraves pós-Brexit que afetam as mercadorias que circulam entre o Reino Unido e a UE. Para as empresas do setor das bebidas, isso é relevante porque as que comercializam vinho e bebidas espirituosas poderão não beneficiar da mesma simplificação na fronteira que poderá aplicar-se a outros produtos agroalimentares. Na prática, poderão manter-se controlos regulamentares, documentação ou etapas de conformidade específicos num mercado importante para o comércio de bebidas através do Canal da Mancha.

O documento explicativo refere também medidas transitórias antes da aplicação integral do novo regime. Segundo o Cabinet Office, a transição pretende dar às empresas, aos reguladores e aos funcionários fronteiriços tempo para se adaptarem aos novos requisitos. O Governo afirma que o processo incluirá calendários de implementação, formação para os funcionários e comunicação com as partes interessadas afetadas.

Esse período de transição deverá ser importante para os comerciantes que transportam cargas mistas, nas quais as bebidas e os produtos alimentares seguem em conjunto. Mesmo que algumas categorias enfrentem menos entraves ao abrigo do acordo sanitário e fitossanitário, os carregamentos que incluam produtos excluídos, como o vinho ou as bebidas espirituosas, poderão continuar a exigir procedimentos mais complexos do que os comerciantes esperavam quando o acordo mais abrangente foi anunciado.

O documento surge no contexto mais amplo dos esforços de Londres e Bruxelas para estabilizar a gestão do comércio após a saída do Reino Unido da UE. Desde o Brexit, as regras sanitárias e fitossanitárias têm sido uma das principais fontes de custos e atrasos para as empresas que transportam alimentos, animais e produtos vegetais através da fronteira. O documento explicativo do Governo apresenta o novo quadro como uma resposta cooperativa a esse problema, e não como um regresso ao sistema anterior ao Brexit.

O Cabinet Office afirma que ambas as partes acordaram em manter os respetivos padrões, em vez de os reduzir. Apresenta o acordo como um equilíbrio entre a facilitação do comércio e a proteção contínua da saúde pública, animal e vegetal. O documento sublinha também que o sistema deverá ser suficientemente flexível para responder a surtos de doenças ou a outros riscos que exijam novos controlos.

A Irlanda do Norte é outro ponto sensível. O Governo está a ponderar manter mecanismos de flexibilidade para garantir a continuidade do abastecimento, numa região onde persistem diferenças regulamentares. Isso sugere que Londres não espera que todas as questões relacionadas com divergências desapareçam quando o novo regime sanitário e fitossanitário começar, sobretudo nas áreas que ficam fora do

âmbito do acordo.

Para comerciantes de vinho, importadores e distribuidores, isso poderá ter um impacto significativo. Desde o Brexit, a Irlanda do Norte tem sido uma das regiões mais acompanhadas no mercado interno do Reino Unido, uma vez que as mercadorias podem estar sujeitas a considerações regulamentares tanto britânicas como da UE. Se o vinho continuar excluído do novo acordo, os operadores poderão ter de planear procedimentos distintos para abastecer esse mercado, mesmo que algumas categorias alimentares passem a estar abrangidas por um sistema mais simplificado.

O documento explicativo do Cabinet Office não apresenta o acordo sanitário e fitossanitário como uma solução completa para todos os entraves ao comércio. Em vez disso, define um quadro com um âmbito e condições precisos e uma implementação faseada, com início a 1 de março de 2028. A mensagem central é que o Reino Unido e a UE pretendem aprofundar a cooperação prática nos controlos comerciais relacionados com a saúde, mas mantêm exclusões importantes que continuarão a ser relevantes para alguns setores da economia alimentar e das bebidas.